

REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

**Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF
Coordenação Geral de Regularização de Territórios
Quilombolas – DFQ
INCRA**



Base legal:

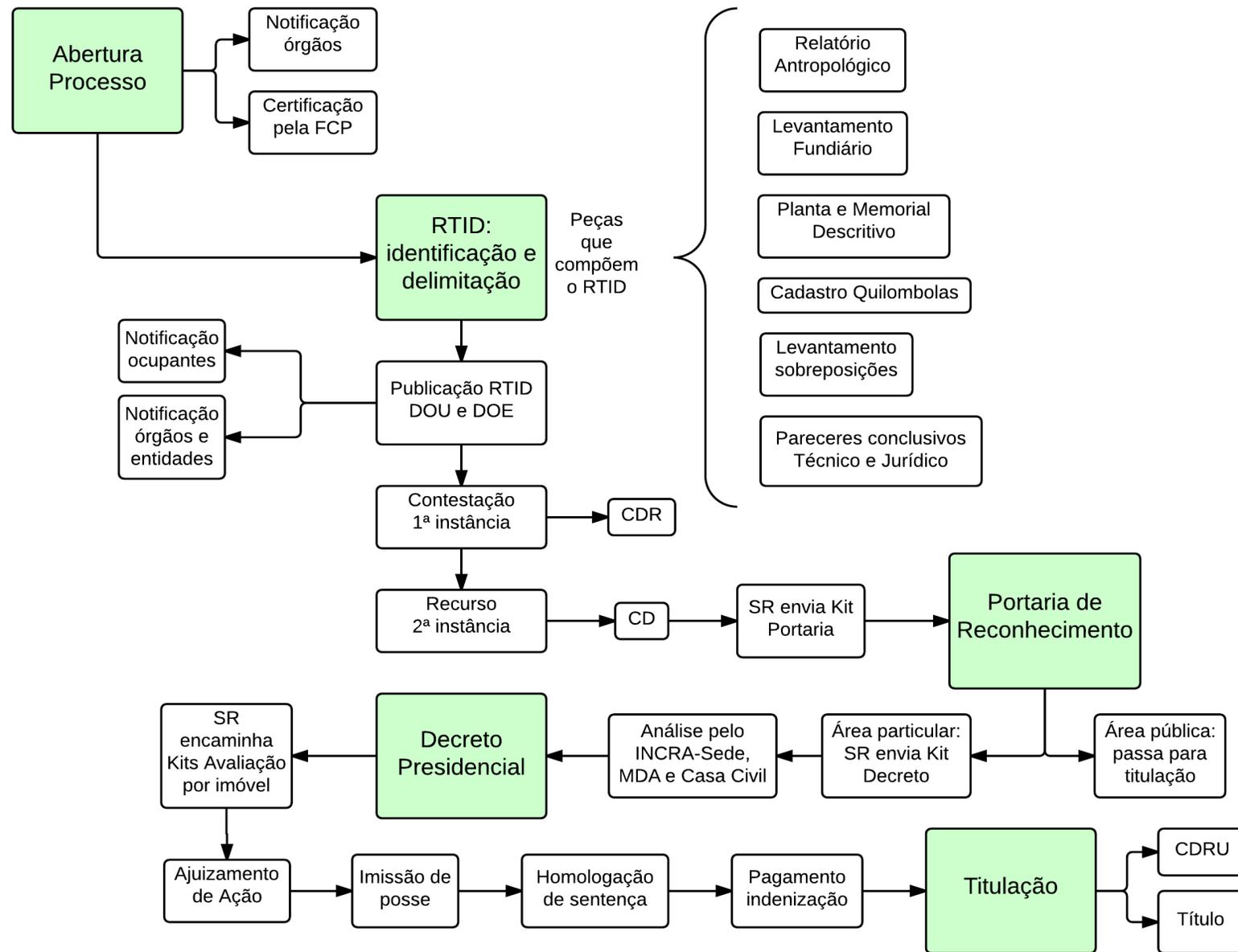
- Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – CF/1988;
- Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (Decreto 5.051/2004);
- Decreto 4.887/2003;
- Instrução Normativa INCRA nº 57/2009;
- Outros normativos internos da Autarquia.

Além da autoatribuição é preciso que haja os seguintes elementos:

1. Presunção da ancestralidade negra;
 2. Histórico de resistência coletiva a opressão sofrida no período escravista ou pós-escravista;
 3. Apresentar características comuns enquanto grupo: no parentesco, na organização social, nas atividades produtivas;
 4. Relações específicas com a terra.
- Para que o Incra inicie os trabalhos em determinada comunidade, esta deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Fluxograma da regularização fundiária de quilombos

Instrução Normativa
INCRA nº 57/2009



Uma política pública atenta à produção histórica e científica

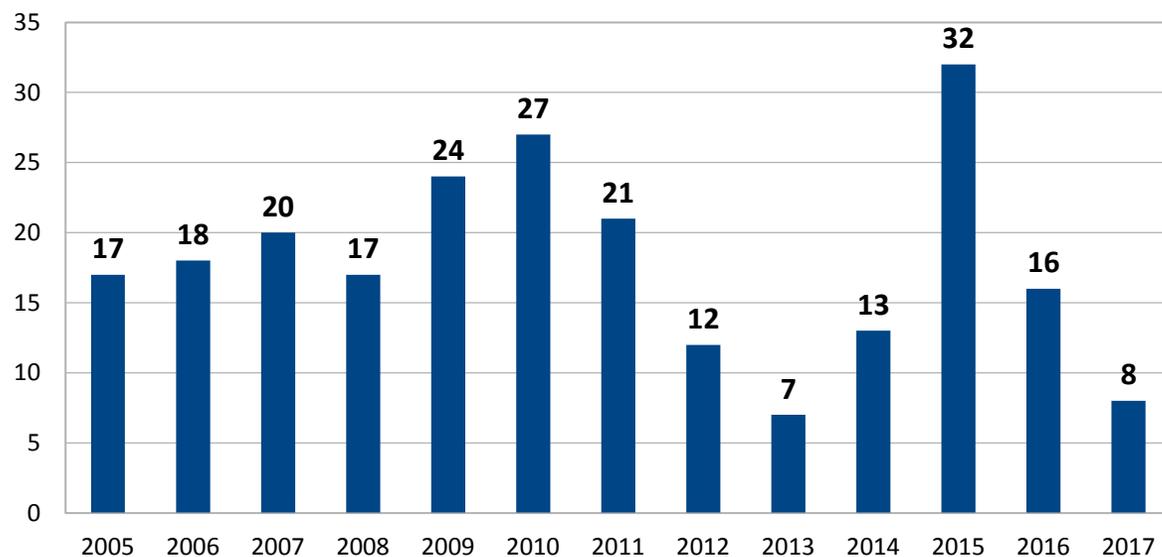
- A política de regularização fundiária de quilombos leva em conta a produção histórica e científica nacional acerca das comunidades negras rurais e urbanas.
- As comunidades quilombolas se estabeleceram pela fuga de escravos mas também por outros fenômenos como o abandono e decadência de fazendas, a doação de áreas a escravos, a compra informal de terras por escravos libertos.

Balanço da regularização quilombola



Comunidade Quilombola Caçandoca/SP

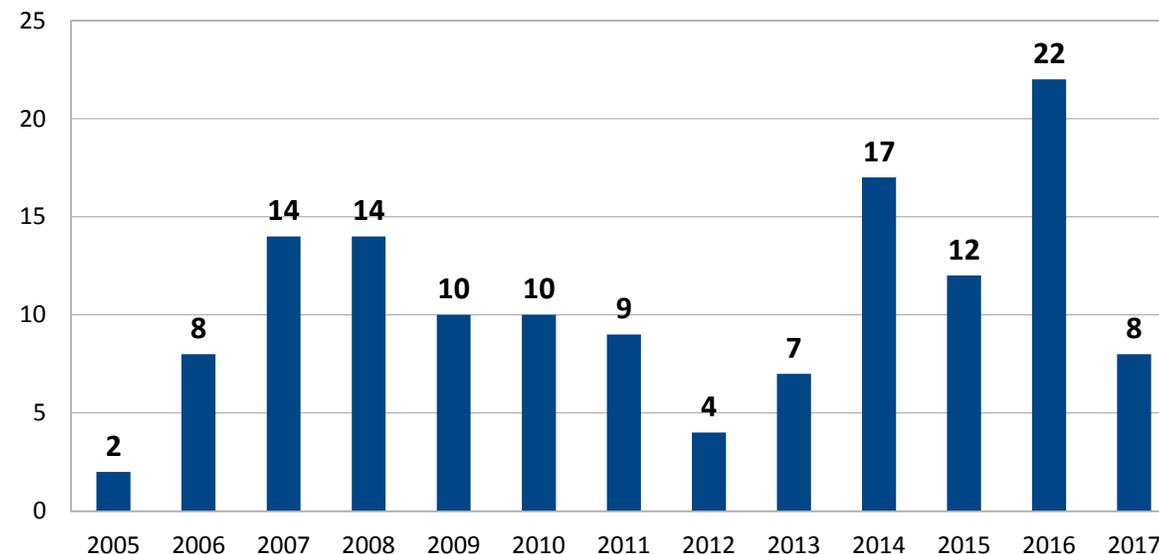
RTIDs publicados por ano



→ **232** territórios identificados, envolvendo **28.444** famílias;

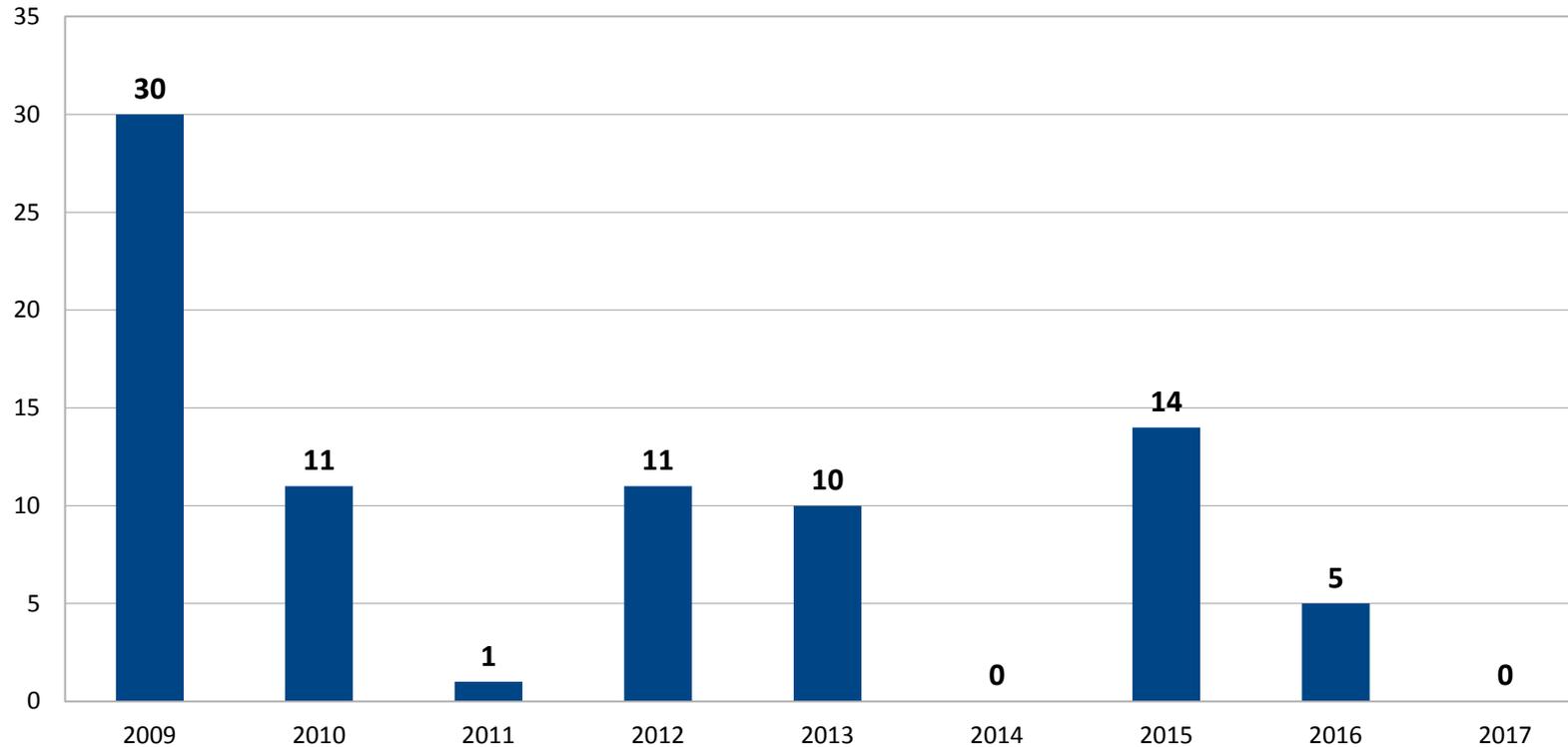
→ Mais de **1.000** comunidades ainda demandam pelos estudos de identificação

Portarias emitidas por ano



134 territórios reconhecidos

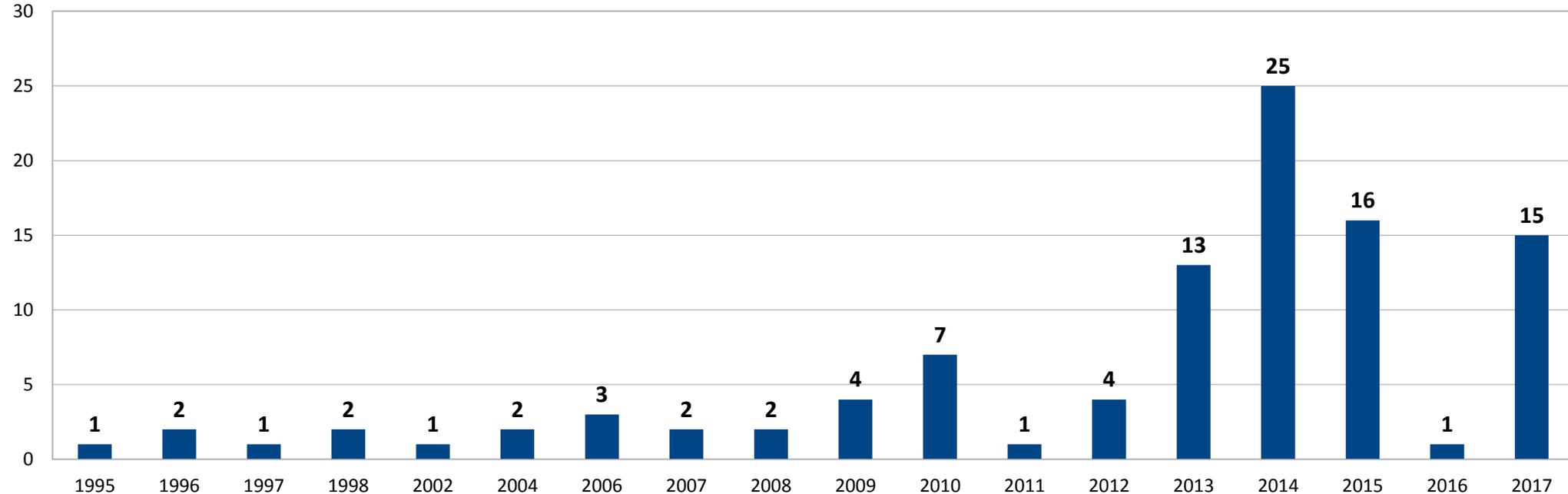
Decretos Presidenciais de Desapropriação por ano



→ **82** territórios decretados, com cerca **1.280** imóveis inseridos

→ Na fase de desintrusão cerca de 800 imóveis ainda carecem de avaliação e pagamento, com estimativa de custo de cerca de R\$ 400 milhões

Títulos emitidos pelo Inca



→ O Inca emitiu 102 títulos em 42 Territórios Quilombolas (69 comunidades quilombolas);

→ No total foram emitidos **220 títulos** em **152** territórios, totalizando 754.811,0708 ha titulados pelo INCRA e estados;

→ Quase **R\$ 180 milhões** investidos pelo INCRA em pagamento de imóveis.

Titulação de territórios quilombolas

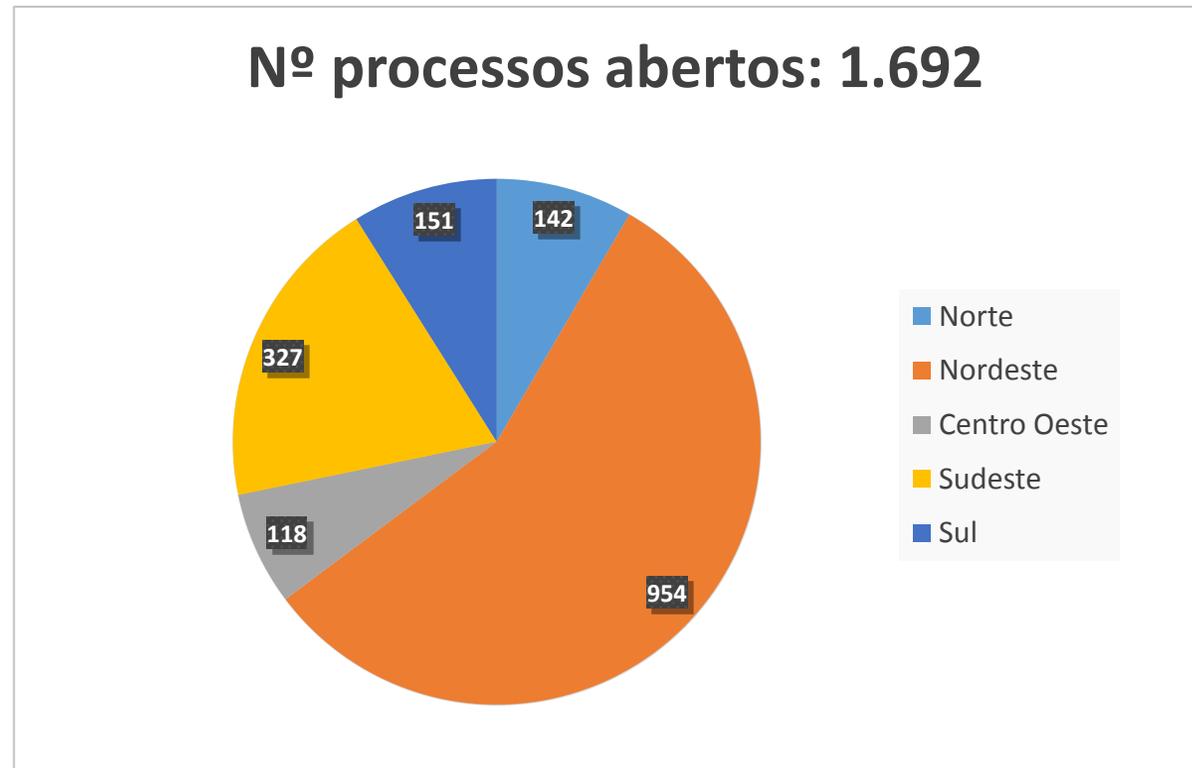
**Os territórios
titulados
representam
0,01% do
território nacional**

**Somando os territórios
titulados aos
identificados pelo
INCRA em
regularização, isso
representaria 0,03% do
território nacional**

Cenário geral da regularização de quilombos

• **1.692** processos abertos

• Nem todas as demandas parecem ser demandas por regularização e sim por habitação rural – Para acessar o Minha Casa, Minha Vida é necessário certidão de processo aberto.





Iniciativas

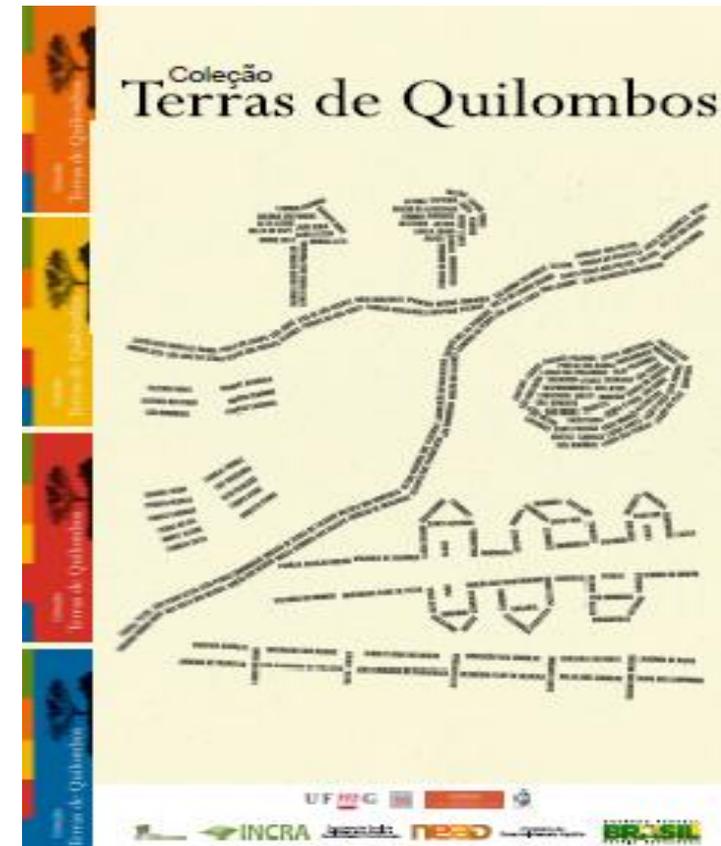
Criação de Ostras – Mandira/SP

Como vivem as comunidades quilombolas

- ❑ **A grande maioria das famílias remanescentes de quilombos são agricultores familiares e/ou extrativistas, havendo também comunidades urbanas.**
- ❑ **Muitas comunidades estão – mesmo que ainda fragilmente – inseridas em cadeias produtivas de produção de gêneros alimentícios.**
- ❑ **O acesso a terra tem sido condição importante para aumento da produção e melhoria da qualidade de vida desse grupo.**

Regularização de quilombos: política de reconhecimento da história das comunidades negras no Brasil

- ❑ **Coleção Terra de Quilombo:** Além do acesso a terra, a política de regularização fundiária também visa o **reconhecimento** da história e da participação das comunidades negras na formação do Brasil.
- ❑ Os relatórios contam capítulos da história brasileira e a contribuição e vivência das comunidades remanescentes de quilombos.
- ❑ **É importante para conhecer a diversidade dos quilombolas do país.**



Portaria 210/2014: regularização de terras da União

- ❑ Elaboração de uma norma de execução para estabelecer fluxo de atuação do INCRA e SPU;
 - ❑ Definição de áreas prioritárias para titulação;
 - ❑ Definição de metodologia.
-
- Norte do país concentra a maior parte das comunidades quilombolas com características agroextrativistas e de pequenas produções agrícolas, assim como de terras da União.

OBRIGADO!

Antonio Oliveira Santos

Coordenador Geral de Regularização de Territórios Quilombolas

www.incra.gov.br



CASA CIVIL

